

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

O Provedor de Justiça de Angola,

O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto do Brasil,

O Provedor de Justiça de Moçambique,

O Provedor de Justiça de Portugal,

O Provedor de Direitos Humanos e Justiça de Timor Leste,

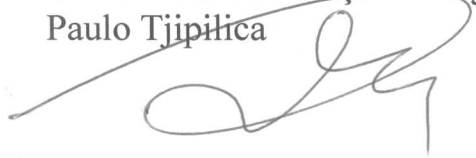
Reunidos à margem do Seminário sobre a criação e o reforço de instituições nacionais de direitos humanos nos países de língua Portuguesa, em conformidade com os Princípios de Paris, que teve lugar na cidade da Praia, em Cabo Verde, de 15 a 17 de outubro de 2012,

Acordam em:

1. Promover, num prazo curto, um encontro conjunto tendo em vista a formalização de uma rede de Instituições Nacionais de Direitos Humanos, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, com os seguintes objetivos:
 - a) Sensibilizar os Governos, Parlamentos e outras Partes interessadas para as vantagens e benefícios da criação de instituições nacionais de direitos humanos em conformidade com os Princípios de Paris;
 - b) Encorajar os Estados a criar Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) eficazes e independentes ou, no caso de elas já existirem, a reforçar as suas capacidades para melhor promover e proteger todos os direitos humanos;
 - c) Encorajar as INDH a solicitar a sua acreditação junto do Comité Internacional de Instituições Nacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos (CIC);.

- d) Defender o reforço dos sistemas e mecanismos nacionais de proteção e, recomendar às autoridades competentes reformas legislativas e administrativas para assegurar a conformidade das INDH com os padrões internacionais;
- e) Partilhar entre si experiências, melhores práticas e assistência técnica;
- f) Proceder ao intercâmbio de pessoal técnico para a realização de estágios, seminários e outros cursos de formação.
- g) Procurar assistência, apoio técnico e financeiro das Nações Unidas e de outras organizações internacionais para a realização das atividades anteriormente referidas.

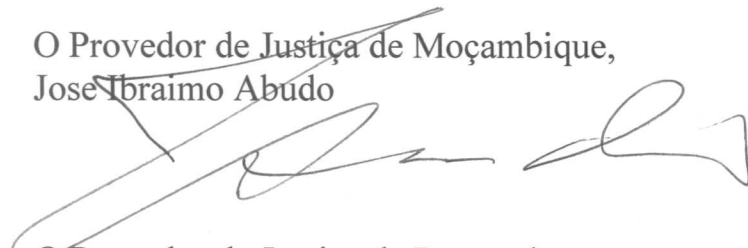
O Provedor de Justiça de Angola,
Paulo Tjipilica



O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto do Brasil,
Luciano Mariz Maia



O Provedor de Justiça de Moçambique,
Jose Ibraimo Abudo



O Provedor de Justiça de Portugal,
Alfredo José de Sousa



O Provedor de Direitos Humanos e Justiça de Timor Leste
Sebastião Dias Ximenes



Praia, Cabo Verde, 17 outubro 2012